

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Educação e Ciência,  
Deputado Alexandre Quintanilha

São Bento, 18 de setembro 2018

**Assunto: Requerimento para Audição do Senhor Ministro da Educação.**

A abertura do ano letivo 2018/2019 volta a ser marcada com as carências de funcionários nas escolas que sem condições mínimas se vêm obrigadas a adiar o início das aulas e a limitar severamente as atividades letivas dos alunos. Apesar do presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE), Manuel Pereira, chamar a atenção de que "O problema da falta de assistentes operacionais é transversal a todas as escolas do país", o Governo, através da Sra. Secretária de Estado da Educação, Alexandra Leitão, desvaloriza esta situação classificando-a como "casos extremamente pontuais". Não são pontuais, tal como o PSD desde o início da legislatura tem vindo a alertar.

Convém recordar que, em 2018, apesar da retórica do "reforço", nas escolas estarão apenas 2/3 dos necessários para manter o mesmo nível de resposta funcional de 2015, sendo que nas escolas básicas e secundárias essa carência é mais sentida. De facto, como o PSD sempre denunciou que dos 3.370 funcionários em falta para manter o mesmo nível de resposta funcional em 2015 na época considerado insuficiente para as necessidades reais, o Governo e o Ministro da Educação, apenas e ao fim de 3 anos colocou a conta-gotas nas escolas cerca 2.500.

Como é público, assistimos ao longo dos últimos anos a uma sistemática tentativa de escamotear a realidade com o Ministro e seus Secretários de Estado a desvalorizarem a situação agravada de falta de assistentes operacionais e técnicos desde 2016. Um facto comprovado não só pelas inúmeras situações de serviços e escolas encerradas por falta de pessoal que marcaram os últimos anos letivos como pelos próprios dados oficiais publicados no Estado da Educação que mostram que em 2015/16 no pessoal não docente dos 54.119 trabalhadores, mais de 41.200 mil tinham contrato por tempo indeterminado enquanto que em 2016/17 o número desce para 52.585 e desses apenas menos de 40.500 tem esse contrato.

A tardia e adiada publicação da nova portaria dos rácios ( 13 de Setembro 2017 ) veio aliviar, mas não resolver, os problemas de carência de funcionários das escolas que haviam sido agravados por este governo. De facto, a nova Portaria n.º 272-A/2017 de revisão da dotação do pessoal não docente das escolas e agrupamentos de escolas, apesar das claras limitações e dos muitos constrangimentos identificados designadamente pelo Conselho das Escolas, na sua Declaração n.º 1/2017, permitiria de acordo com o levantamento desenvolvido pelo Ministério da Educação e anunciado pelo Ministro da Educação a 6 de setembro de 2017, que 1.500 funcionários fossem contratados. No entanto, só em meados de novembro de 2017 no debate do OE, depois do Sr. Primeiro-ministro ter sido confrontado com a ausência de autorização das finanças, foi permitida a contratação de 500, e o remanescente chegou às escolas no início do ano letivo de 2018/19.

[Escrever texto]



É hoje publicamente estimado que falem às escolas "cerca de três mil funcionários" para que estas funcionem normalmente. Isto porque há dois anos o número de auxiliares em falta ascendia a seis mil, com o reforço de cerca de três mil, "faltam os outros três mil".

Como fica evidente não houve reforço funcional, a revisão da portaria dos rácios revelou-se insuficiente e permanecem sem resposta problemas relacionados com a necessária celeridade nas substituições. Isso mesmo é sentido pelas escolas, havendo estimativas apontam para uma carência de funcionários em 80% das cinco mil escolas existentes e que que falem às escolas "cerca de três mil funcionários" para que funcionem normalmente.

Esta é uma situação que preocupa o PSD, em particular num ano letivo que será marcado por uma nova reforma curricular, tardiamente apresentada às escolas, classificada por muitos de "experimentalista" e que tal como o Sr. Presidente da República alertou feita sem avaliações prévias e vaga quanto aos recursos necessários para a sua execução.

Atendendo que a Assembleia da República tem um papel de fiscalização da atividade do Governo, vem o Grupo Parlamentar do PSD requerer, nos termos legais e regimentais e com carácter de urgência, a audição do Senhor Ministro da Educação, na Comissão de Educação e Ciência.

**Palácio de São Bento, 18 de setembro de 2018.**

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD

Margarida Mano

Pedro Pimpão